

Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 58.229.246/0001-10

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 1º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, da Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2017, a Corretora registrou lucro líquido no montante de R\$ 19.356 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 413.081 mil e Ativos Totais de R\$ 614.569 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco

Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Corretora passou a operar sobre as diretrizes da Organização Bradesco a partir de 1º de julho de 2016.

Com a conclusão do processo e com a entrada do novo acionista controlador, a Corretora passou a ser denominada Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Agradecemos aos nossos clientes pela escolha, às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 26 de julho de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2017 - Em Reais mil

ATIVO	
CIRCULANTE	244.689
DISPONIBILIDADES.....	91
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5).....	227.265
Carteira Própria.....	227.265
OUTROS CRÉDITOS.....	17.333
Rendas a Receber.....	2.726
Diversos (Nota 6).....	14.607
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	369.644
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5)	240.944
Carteira Própria.....	240.944
OUTROS CRÉDITOS.....	128.700
Rendas a Receber.....	76
Diversos (Nota 6).....	128.624
PERMANENTE	236
Investimentos - Outros Investimentos.....	1
IMOBILIZADO DE USO.....	225
Outras Imobilizações de Uso.....	337
Depreciações Acumuladas.....	(112)
INTANGÍVEL.....	10
Ativos Intangíveis.....	10
TOTAL	614.569

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO	
CIRCULANTE	131.659
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	131.659
Sociais e Estatutárias.....	4.899
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8).....	111.129
Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	13.652
Diversas (Nota 9b).....	1.979
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	69.829
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	69.829
Diversas (Nota 9b).....	69.829

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	413.081
Capital Social - De Domiciliados no País (Nota 10a).....	217.743
Reservas de Capital.....	2.640
Reservas de Lucros (Nota 10b).....	192.881
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(183)

TOTAL.....

614.569

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO DE 2017 - Em Reais mil

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.407
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	27.407
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.407
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	7.635
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11).....	8.097
Despesas de Pessoal (Nota 12).....	(89)
Outras Despesas Administrativas (Nota 13).....	(2.407)
Despesas Tributárias (Nota 14).....	(1.863)
Outras Receitas Operacionais (Nota 15).....	5.680
Outras Despesas Operacionais (Nota 16).....	(1.783)
RESULTADO OPERACIONAL	35.042
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	35.042
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a e b)	(15.686)
Imposto de Renda.....	(8.435)
Contribuição Social.....	(6.781)
Ativo Fiscal Diferido.....	(470)
LUCRO LÍQUIDO	19.356
Número de ações (Nota 10a).....	181.237.792
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	106,80

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30 DE JUNHO DE 2017

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), atua principalmente, na intermediação de títulos e valores mobiliários (inclusive moedas estrangeiras), administração de carteiras, fundos de investimentos e operações de crédito na modalidade de financiamentos a pessoas físicas destinadas a aquisição de ações. Após a cessão de bens e direitos, ocorrida em 7 de outubro de 2016, a "Corretora" não está realizando operações de intermediação financeira.

Em 8 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

No segundo semestre de 2016, houve a alteração da denominação social de Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 7 de outubro de 2016, foram firmados 2 contratos de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Bradesco - Kirton CTVM com a Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Agora CTVM) e a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco CTVM), que adquiriram parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em contrato, relativo ao acervo líquido abaixo mencionado:

	Ágora CTVM	Bradesco CTVM
Ativos		
Disponibilidades.....	48.736	549
Passivos		
Negociação e intermediação de valores.....	48.736	-
Obrigações diversas - despesas de pessoal.....	-	549
Contas de compensação		
Custódia de valores	3.629	1.700
Depositários em valores em custódia.....	1.717	1.700
Valores em garantia.....	1.912	-
Negociação e intermediação de valores	25.970.185	25.722.062
Contratos mercado futuro não ligadas.....	25.919.021	25.671.387
Depósito de margem de clientes.....	51.164	50.675

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Considerando as Cessões de bens e direitos e assunção de obrigações (Nota 1) e com base no disposto da Circular nº 3.017/00 do Bacen, dada a inviabilidade da comparabilidade dos saldos, essas demonstrações contábeis não apresentam saldos comparativos com o semestre findo em 30 de junho de 2016. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na Bolsa de Valores e Mercadorias, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e sistema de segurança e comunicação - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Compostos por software, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingentes" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 91 mil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2017	217.743	2.640	46.035	120.523	(306)	-	386.635
Atualização de Títulos Patrimoniais.....	-	-	-	-	123	-	123
Reversão de Dividendos Propostos em dezembro de 2016 (Nota 10b).....	-	-	-	11.806	-	-	11.806
Reversão de Reservas Legal destacada em dezembro de 2016 (Nota 10b).....	-	-	(2.486)	2.486	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	19.356	19.356
Destinações - Reservas de Lucros.....	-	-	-	14.517	-	(14.517)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(4.839)	(4.839)
Saldos em 30 de junho de 2017	217.743	2.640	43.549	149.332	(183)	-	413.081

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO DE 2017 - Em Reais mil

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	35.042
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	
Reversão da Provisão para Passivos Contingentes.....	(1.759)
Depreciações e Amortizações.....	23
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	33.306
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários.....	(3.283)
Redução em Outros Créditos.....	388.919
Redução em Outras Obrigações.....	(418.995)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(53)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	
Aquisição de Intangível.....	(7)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(7)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(60)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	151
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	91
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(60)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Carteira própria	
- Letras financeiras do tesouro.....	283.646
- Contas de fundos de Investimentos.....	184.563
Total	468.209

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	Vencimento			Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias				
Títulos para negociação (3)	22.661	30.929	4.835	126.138	184.563	-	-
Debêntures.....	-	2.701	-	-	2.701	-	-
Letra financeiras.....	-	8.088	1.776	4.539	14.403	-	-
Nota do tesouro nacional.....	5.469	-	-	-	5.469	-	-
Letras financeiras do tesouro.....	17.192	20.140	3.059	121.599	161.990	-	-
Disponível para venda	-	12.150	30.552	240.944	283.646	283.829	(183)
- Letras financeiras do tesouro.....	-	12.150	30.552	240.944	283.646	283.829	(183)
Total 2017	22.661	43.079	35.387	367.082	468.209	283.829	(183)

- As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do semestre de 2017 a Corretora possuía R\$ 184.563 mil.
- O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
- Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial, os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

Títulos de renda fixa.....	27.407
Total	27.407
OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	
Devedores por depósitos em garantia.....	115.859
Créditos tributários (Nota 18c).....	18.523
Impostos e contribuições a compensar.....	8.636
Outros.....	213
Total	143.231

7) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Corretora é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

• Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetutados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

•

Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 58.229.246/0001-10

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 1º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30 DE JUNHO DE 2017

12) DESPESAS DE PESSOAL	
Proventos.....	43
Benefícios.....	46
Total	89
13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Serviços técnicos especializados.....	605
Serviços do sistema financeiro.....	455
Aluguéis.....	386
Despesas de publicações.....	372
Outras despesas administrativas.....	299
Serviços de terceiros.....	170
Processamento de dados.....	58
Contribuições filantrópicas.....	30
Depreciação e amortização.....	22
Outras.....	10
Total	2.407
14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
Despesas de contribuição ao COFINS.....	1.165
Despesas de impostos sobre serviço de qualquer natureza.....	405
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP.....	189
Outras.....	104
Total	1.863
15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	
Atualização de depósitos judiciais.....	3.718
Reversão de provisões trabalhistas.....	1.600
Outras.....	362
Total	5.680
16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	
Atualização monetária sobre impostos e contribuições.....	1.635
Outras.....	148
Total	1.783

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador Banco Bradesco S.A. e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

Ativo	
Disponibilidades	91
Passivo	
Dividendos a pagar.....	4.839
Resultado	
Despesas de prestação de serviços	(1)
Despesa de aluguel.....	(386)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	35.042
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas (1).....	(15.769)
Exclusões/(adições) permanentes.....	(18)
Contribuições e doações.....	(18)
Outros ajustes	101
Incentivos fiscais e adicional de imposto de renda.....	42
Efeito tributário - aumento da alíquota da CSLL - Diferido.....	59
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do semestre	(15.686)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15 líquido do passivo diferido.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes	
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(8.728)
Impostos diferidos	
Constituição no semestre, sobre adições temporárias.....	(6.958)
Total	(15.686)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2016	Constituição (realização) líquida	(Realização)	Saldo em 30.6.2017
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo				
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	17.161	679	(704)	17.136
Gratificações e participações no resultado	437	-	(437)	-
Provisão para honorários advocatícios.....	152	-	-	152
Outras.....	95	1.151	(11)	1.235
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	17.845	1.830	(1.152)	18.523
Total dos créditos tributários ativos.....	17.845	1.830	(1.152)	18.523
Créditos tributários líquidos	17.845	1.830	(1.152)	18.523

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017.....	2.023	1.444	3.467
2018.....	2.284	1.599	3.883
2019.....	2.396	1.667	4.063
2020.....	2.062	1.467	3.529
2021.....	2.056	1.462	3.518
2022.....	39	23	62
Total	10.860	7.662	18.522

Em 30 de junho de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 17.545 mil de diferenças temporárias.

e) Créditos tributários não ativados

A Corretora não possuía créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2017.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Corretora, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

d) Não houve outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares - Contador - CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Nova denominação social da Kirton Corretora de Títulos Valores Mobiliários S.A.")
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 26 de agosto de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 24 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2